

FHC

Franklin Martins



O GLOBO

Presidente-cabeça

Um presidente intelectual, como Fernando Henrique Cardoso, por cacoete profissional, sente-se na obrigação de produzir a todo momento teoria política sobre seus próprios atos. É uma diferença e tanto em relação aos políticos tradicionais, seres absolutamente empíricos. Essa característica de Fernando Henrique não assegura que ele vá acertar mais do que os outros — teorias não passam de teorias e se cometem erros tão bem com elas quanto sem elas — mas, sem dúvida, ajudará o país a entender melhor os passos do próximo presidente.

Esta semana, por exemplo, Fernando Henrique, no discurso que pronunciou no Senado, fez duas afirmações importantíssimas. A primeira: "Essas eleições colocam, a meu ver, um ponto final na transição (...). A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais." Essa afirmação foi seguida de outra, que a explica e a complementa: "Resta um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista."

As duas declarações ajudam a explicar grande parte da trajetória recente e das preocupações políticas atuais de Fernando Henrique e constituem um recado claro aos diversos partidos, inclusive ao PSDB. Mal ou bem, a transição acabou e o Brasil é hoje uma democracia. Por isso mesmo, avalia o presidente eleito, não faz o menor sentido manter o divisor de águas da política brasileira entre quem apoiou ou quem fez oposição ao regime militar. Essa matéria teria agora interesse histórico, não político. Explicaria o passado, não moveria o presente.

Não se trata de uma tese acadêmica, desprovida de consequências práticas. Para Fernando Henrique, uma consequência do prolongamento artificial da transição democrática é a sobrevivência indesejada da velha divisão, atrapa-

lhando o florescimento de outras, mais atuais. Sacudir esse quadro é fundamental para ele.

Por que, mal abertas as urnas em 3 de outubro, o PSDB procurou atrair o PMDB para a base de sustentação do Governo? Por que, dentro de seu próprio partido e até dentro de sua própria casa, Fernando Henrique, viu tanto nariz torcido para a aliança eleitoral com o PFL?

Evidentemente não foi devido ao estilo clientelista desse partido, tanto que se a coligação fosse com os peemedebistas, seria encarada como natural, embora peemedebistas sejam tão clientelistas quanto os pefelistas. Mas como PMDB e PSDB vêm do mesmo tronco, o MDB, a frente das oposições à ditadura, esses defeitos não são vistos como taras; convertem-se em pecadinhos. Já com o PFL, filho da velha Arena, o partido do regime militar, o caso é diferente.

Para Fernando Henrique, essa concepção está morta e precisa ser enterrada. É hora de tirar o caixão da sala. O que divide campos hoje, segundo o presidente eleito, é a substituição do modelo de desenvolvimento anterior, centrado numa concepção de um país autárquico e de um Estado intervencionista, por um novo, calcado na visão de um país aberto para a economia internacional e disposto à concorrência, onde o Estado seja um regulador e não um investidor.

Essa questão, que entrou na ordem do dia com a vitória de Collor — "começou a acontecer no Governo anterior ao do presidente Itamar Franco", admitiu FH, cheio de tato, em seu discurso no Senado — veio para ficar. Com Collor, sua solução seria imperial, com pouca sensibilidade social. O mercado regularia tudo. Fernando Henrique pretende resolvê-la pela via da negociação democrática e dirigir os frutos da nova etapa de desenvolvimento para resgatar parte da dívida social. O Estado deverá ser um fator de promoção social. Serão seus aliados os que o ajudarem nessa tarefa e adversários os que atravessarem seu caminho.

É isso que nos disse o presidente-cabeça com seu papo-cabeça no Senado.